

Patrimônio Indígena e Fronteiras Étnicas: debates a partir da pesquisa indígena do povo Karão Jaguaribaras (Ceará)

Gleidison Karão Jaguaribaras (Francisco Gleidison Cordeiro Lima) (UFPA, Brasil)

Resumo: Este trabalho discute patrimônio indígena e fronteiras étnicas a partir de uma pesquisa indígena realizada pelo povo Karão Jaguaribaras, povo originário do Ceará, com presença histórica e territorial na serra do Baturité atualmente em municípios como Aratuba, Capistrano, Baturité e Canindé. A reflexão se concentra especialmente no *Kalembre* (Aldeias) Feijão e Cabeça da Onça, onde se localizam relevantes espaços de memória lido pelo como sítios arqueológicos e são esses lugares de memória que compõem a territorialidade Karão Jaguaribaras. A pesquisa é conduzida por um pesquisador indígena Karão Jaguaribaras, implicada afetiva e politicamente no território, o que permite compreender o patrimônio não como um conjunto de “objetos do passado”, mas como campo vivo de narrativas, espiritualidade, identidade coletiva e continuidade histórica no presente. Articulando contribuições da antropologia interpretativa, da arqueologia pública e das arqueologias indígenas, o texto defende que os “sítios arqueológicos”, ao serem narrados e vividos pelo povo, atuam como mediadores entre ancestralidade e contemporaneidade, operando como fronteiras dinâmicas de afirmação étnica. Ao reconhecer a inseparabilidade entre memória, história e território, o trabalho reafirma a importância de uma escrita acadêmica situada, comprometida com a justiça epistemológica e com o direito dos povos indígenas de gerarem conhecimento sobre seus próprios patrimônios.

Palavras-chave: Patrimônio indígena; Fronteiras étnicas; Memória coletiva; Arqueologias indígenas; Karão Jaguaribaras.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, nas últimas décadas, acerca dos “sítios arqueológicos” e de seus múltiplos contextos, formas de registro e possibilidades interpretativas. Entretanto, é necessário reconhecer que, por longo tempo, as análises arqueológicas e os debates sobre patrimônio privilegiaram perspectivas externas às comunidades originárias, frequentemente

desconsiderando as narrativas indígenas vinculadas a esses espaços. Essa ausência não se explica pela falta de conhecimento dos povos sobre seus próprios territórios, mas pelas estruturas coloniais que, historicamente, interditaram as vozes indígenas como produtoras legítimas de ciência, memória e interpretação.

Nos últimos anos, contudo, observa-se um deslocamento importante nesse cenário: as narrativas indígenas têm conquistado maior visibilidade, especialmente pela ampliação da presença de indígenas nos cursos universitários, como arqueologia e antropologia, e pela afirmação de pesquisas conduzidas a partir de epistemologias próprias. Essas narrativas são etnicamente, socialmente e politicamente relevantes, pois se fundamentam nas experiências, nas memórias e nos modos de vida dos povos originários. Além disso, contribuem de maneira decisiva para compreender os processos de formação e ocupação do território nacional, entendido aqui não como uma construção neutra do Estado, mas como espaço histórico de disputa, violência, continuidade e resistência, anterior à própria ideia de “sociedade brasileira”.

É nesse contexto que se situa o povo indígena Karão Jaguaribaras, povo originário do Estado do Ceará, historicamente vinculado ao território do Maciço do Baturité, com presença em municípios como Aratuba, Capistrano, Baturité e Canindé. Ao longo do tempo, o povo Karão Jaguaribaras enfrentou processos persistentes de apagamento histórico e de invisibilização institucional, marcados por políticas coloniais de expropriação territorial, deslocamentos forçados e tentativas de reduzir a existência indígena a uma ideia de passado encerrado. Ainda assim, por meio da memória coletiva, das narrativas ancestrais, das práticas comunitárias e da relação viva com nossos lugares sagrados, nós Karão Jaguaribaras mantivemos e reafirmamos nossa continuidade histórica, fortalecendo formas próprias de existência e pertencimento.

O Maciço do Baturité é uma região serrana de grande riqueza ambiental e cultural, onde se localizam diversos *Kalembre* (Aldeias), configurando-se como um verdadeiro oásis em meio ao semiárido nordestino. Trata-se de um território profundamente significativo, não apenas por seus recursos naturais, mas por sua centralidade na constituição da vida coletiva Karão Jaguaribaras. Nesse espaço, os caminhos, as *mutama* (serras), os *ry* (águas), os gorojó (roças), os lugares de encantaria “sítios arqueológicos” não são elementos separados, mas dimensões conectadas de uma mesma territorialidade. Assim, o território é vivido como memória e também como corpo coletivo, onde a história do povo se inscreve tanto nas narrativas quanto nas materialidades que permanecem no solo e na paisagem.

A abundância de recursos naturais dessa região, entretanto, fez com que o Maciço do Baturité despertasse, ao longo do tempo, interesse constante de intervenções econômicas predatórias. Na atualidade, destacam-se pressões associadas à especulação imobiliária e a outros empreendimentos que ameaçam o meio ambiente, as formas de ocupação indígena e os modos de vida tradicionais. Essas ameaças não atingem apenas a terra enquanto “espaço físico”, mas afetam também a memória coletiva, os lugares sagrados e o patrimônio cultural Karão Jaguaribaras, impondo riscos diretos à continuidade de práticas, narrativas e vínculos comunitários.

A permanência do povo Karão Jaguaribaras no Maciço do Baturité, bem como as transformações decorrentes do contato histórico com outros grupos e instituições, pode ser compreendida por meio de vestígios materiais e imateriais que funcionam como marcas do tempo: “sítios arqueológicos”, paisagens culturalmente constituídas, percursos ancestrais, espaços ritualísticos e narrativas que atravessam gerações. Esses patrimônios não são apenas evidências de um passado distante, mas referências vivas que sustentam a identidade e a memória coletiva do povo. Assim, compreender o patrimônio Karão Jaguaribaras implica reconhecer uma profunda inter-relação entre território, história e memória, na qual os “sítios arqueológicos” também são lugares de vida, pertencimento e continuidade.

Pertencer ao povo Indígena Karão Jaguaribaras significa carregar múltiplas narrativas que atravessam diferentes mundos e que definem nossa existência coletiva por meio da ancestralidade, da resistência e do vínculo indissociável com o território. Essas narrativas incluem histórias de criação do universo, lembranças de deslocamentos, ensinamentos sobre lugares encantados e espaços de cuidado, além de práticas ritualísticas e cotidianas que expressam a lógica do *Kalembre*, compreendida como uma filosofia de vida coletiva. É nesse sentido que esta pesquisa se ancora em uma perspectiva interna: escrevo como pesquisador indígena Karão Jaguaribaras e assumo o compromisso de investigar história, memória e patrimônio não como abstrações externas, mas como dimensões constitutivas de uma experiência viva, marcada pela luta política e pela reafirmação de presença no Ceará.

Dessa forma, tanto as memórias coletivas quanto o patrimônio material e imaterial são aqui compreendidos como elementos vivos, que atravessam o tempo e permanecem atuantes na contemporaneidade. Para o povo Karão Jaguaribaras, esses elementos ultrapassam o valor atribuído aos chamados “achados arqueológicos tradicionais”, pois não apenas evocam a ancestralidade, mas também narram o tempo presente, afirmando nossa história do agora e sustentando modos próprios de existir, habitar

o território e resistir coletivamente. Entre esses aspectos, destacam-se os ‘cultivos’ e os modos contínuos da vida no território, que não se restringem à dimensão agrícola, mas expressam relações profundas entre vivos, mortos e território, constituindo, assim, formas de memória, continuidade e pertencimento.

Assim, a investigação proposta busca contribuir para o debate arqueológico e antropológico ao valorizar as narrativas indígenas como eixo central para interpretar os espaços sagrados, reconhecendo o patrimônio como campo vivo, político e ancestral.

ETNOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

A perspectiva de Clifford Geertz, ao enfatizar a importância do “ponto de vista dos nativos”, desloca o pesquisador da posição de mero observador para a de intérprete situado, cuja escrita é atravessada por escolhas, mediações e pela parcialidade inevitável de quem “esteve lá” e depois “está aqui” para narrar. No entanto, na pesquisa que desenvolvo, essa relação ganha outro sentido: não se trata de um olhar de fora que busca acessar o “ponto de vista nativo”, mas de uma geração de conhecimento construída desde dentro, enquanto pertencimento.

Com isso, esta reflexão, construída a partir da ótica indígena por meio da minha escrita e do meu pertencimento, altera profundamente as bases epistemológicas mais comuns que historicamente orientaram esse campo de pesquisa. Nesse sentido, a investigação não se configura apenas como um exercício acadêmico, mas como um compromisso ético e político com o território e com a memória coletiva do meu povo.

Inserida nesse contexto, a pesquisa se ancora nos *Kalembre* Feijão e Cabeça da Onça, no município de Aratuba, onde se encontram lugares sagrados que fundamentam esta investigação e compõem uma geografia cultural inseparável da vida comunitária, do cuidado coletivo e da continuidade ancestral Karão Jaguaribaras.

Sendo assim, investigar patrimônio Karão Jaguaribaras não pode ser concebido como uma operação neutra de coleta de dados. Trata-se de uma prática de tradução cultural e política, atravessada por responsabilidades éticas e por modos indígenas de circulação e escuta. O patrimônio, aqui, não é apenas objeto de estudo: ele é elemento constitutivo da identidade, da memória e da existência coletiva. Por isso, ao mobilizar debates contemporâneos sobre arqueologias indígenas, como propõe Ayala (2020), afirmo que esta

pesquisa se orienta por uma arqueologia que não extrai, não captura e não reduz o território à materialidade, mas o reconhece como campo vivo de presença indígena.

Dessa forma, para realizar e descrever essa investigação, utilizei a etnografia como caminho metodológico, compreendendo que, como destaca Berreman, ela envolve um exercício contínuo de negociação e de controle de impressões, no qual o pesquisador precisa lidar com sua posição diante dos interlocutores e com as relações que se constroem no campo. Contudo, no caso Karão Jaguaribaras, essa negociação se intensifica e se transforma: não estou “entrando” como estrangeiro em um mundo externo, mas sistematizando conhecimento em um território que é meu, onde os lugares têm histórias, dono espiritual, e modos próprios de serem visitados.

Por isso, a noção de “ser afetado”, proposta por Favret-Saada, torna-se central para compreender que o pesquisador não apenas observa, mas é atravessado. No meu caso, essa afetação não é um efeito secundário: ela é constitutiva do modo Karão Jaguaribaras de conduzir e sustentar memória. Os lugares pesquisados exigem cuidado, permissão e ética, pois não são “campos” vazios para a ciência, mas territórios de relação. Esse aspecto também tensiona os limites clássicos entre sujeito e objeto, reforçando que o conhecimento aqui não se gera na distância, mas na implicação.

O patrimônio, nessa perspectiva, não se apresenta como categoria fixa ou universal, mas como campo de disputa e significação. Ele se articula com processos históricos de apagamento e com formas contemporâneas de reconhecimento político, cultural e territorial. Neves (1999), ao discutir arqueologia, história indígena e registro etnográfico, ajuda a compreender que o conhecimento arqueológico não pode ser gerado sem diálogo com as narrativas e cosmologias indígenas, pois são esses elementos que sustentam a continuidade e explicam a dinâmica dos lugares. A própria pesquisa arqueológica, ao ser realizada em territórios indígenas, precisa reconhecer que o patrimônio não é uma “descoberta científica”, mas parte de um mundo que já existe, já é vivido e já é interpretado há gerações.

Além disso, as reflexões de Fabíola Andréa Silva (2024) contribuem para pensar a relação entre dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico, destacando que o registro não é apenas técnico, mas produzido em movimento, em situações e relações. Essa abordagem dialoga com o modo como o povo Karão Jaguaribaras, por meio das narrativas, orienta a leitura dos “sítios” e fortalece a compreensão de que a arqueologia também pode ser uma ferramenta política e comunitária. Nessa direção, pesquisas sobre arqueologia pública e proteção do patrimônio Karão Jaguaribaras (LIMA; LOPES, 2020;

2021) demonstram como a arqueologia pode atuar na defesa dos bens materiais e imateriais, contribuindo para processos de reconhecimento e cuidado territorial.

A análise das narrativas Karão Jaguaribaras sobre os “sítios arqueológicos” pode ser iluminada pela abordagem de Victor Turner sobre dramas sociais e processos liminares. Esses sítios funcionam como espaços de mediação entre passado e presente, entre o mundo dos ancestrais e a vida contemporânea, configurando limiares nos quais identidades são atualizadas, fronteiras são negociadas e memórias se reorganizam. A memória, aqui, não é uma reconstituição linear de um passado encerrado, mas uma prática coletiva que atua como atuação e reafirmação de pertencimento.

Fredrik Barth, ao discutir grupos étnicos e fronteiras, contribui para compreender que a etnicidade não é essência imutável, mas processo relacional. No caso Karão Jaguaribaras, isso se expressa em disputas históricas e contemporâneas, em que nosso povo reafirma sua presença, sua continuidade e sua diferença frente às narrativas oficiais que insistem em produzir invisibilidade. A fronteira étnica, nesse sentido, não é apenas uma linha simbólica: ela é uma prática cotidiana de existência, sustentada por memória territorial, modos próprios de narrar e fortalecer identidade.

Ao mesmo tempo, Eric Wolf, ao discutir a invenção da sociedade, alerta para os riscos de naturalizar categorias analíticas que ocultam relações de poder. Assim, a investigação sobre o patrimônio Karão Jaguaribaras precisa problematizar o colonialismo que produziu apagamentos e que frequentemente tentou transformar povos indígenas em passado. Nesse ponto, a pesquisa não é apenas descritiva: ela se inscreve como produção de resistência, pois a memória coletiva também se configura como instrumento de luta política e afirmação de direitos.

É nesse cenário que as contribuições de Roberto Kant de Lima (1997) se tornam importantes, ao tensionar a própria academia e mostrar que “quando os índios somos nós”, o conhecimento antropológico já não pode ser estruturado como fala sobre o outro. Isso também dialoga com a reflexão de Cruz (2017) sobre indígenas antropólogos e o “espetáculo da alteridade”, pois a presença indígena no campo científico exige deslocar a lógica da exotização e afirmar autoria, agência e pensamento.

Por fim, a antropologia transnacional, conforme propõe Ulf Hannerz, ao destacar fluxos, fronteiras e processos híbridos, permite compreender que o patrimônio Karão Jaguaribaras não está isolado, mas atravessado por redes de relações, circulação cultural e disputas políticas. Ainda que as Aldeias Feijão e Cabeça da Onça estejam ancoradas em territórios específicos, elas se conectam a debates mais amplos sobre patrimônio indígena,

memória e direitos culturais, sendo atravessadas por encontros com instituições, universidades e políticas públicas, que muitas vezes operam tanto como espaços de reconhecimento quanto como arenas de conflito.

Assim, defender o patrimônio Karão Jaguaribaras é também defender o direito do povo de narrar seus lugares sagrados, de conceituar o que são os sítios arqueológicos a partir de nossas próprias perspectivas e de ter a memória respeitada como continuidade viva. O patrimônio não se restringe a vestígios arqueológicos, mas constitui um campo simbólico e social no qual habita histórias, narrativas e práticas de um povo.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho discutiu patrimônio indígena e fronteiras étnicas a partir de uma pesquisa indígena desenvolvida junto ao povo Karão Jaguaribaras, no Ceará, com atenção aos *Kalembre* Feijão e Cabeça da Onça, lugares de memória que compõem a territorialidade Karão Jaguaribaras no Maciço do Baturité. Ao longo do texto, procurei afirmar que esses “sítios” não podem ser tratados como “objetos do passado” dissociados da vida, mas como espaços vivos de pertencimento, atravessados por narrativas, espiritualidade, relações com a ancestralidade e práticas cotidianas de cuidado. Nessa direção, patrimônio, memória e território aparecem como dimensões inseparáveis: não há patrimônio sem memória coletiva, e não há memória coletiva sem território vivido e narrado.

A pesquisa também evidenciou que o debate arqueológico e antropológico precisa enfrentar o legado das leituras coloniais que, por muito tempo, produziram interpretações externas e silenciaram as vozes indígenas. O deslocamento contemporâneo impulsionado pela presença indígena nas universidades e, pela afirmação de epistemologias próprias, não representa apenas uma “inclusão” de novos relatos, mas uma mudança de base: as narrativas indígenas deixam de ocupar um lugar suplementar e passam a orientar as leituras. Nesse sentido, compreender o patrimônio Karão Jaguaribaras exige reconhecer que o conhecimento sobre esses lugares já existe no território, circula entre gerações e se organiza em regimes próprios de verdade, ética e responsabilidade.

Ao me situar como pesquisador indígena Karão Jaguaribaras, implicada afetiva e politicamente no território, o trabalho reafirma que a geração acadêmica não é neutra. A escrita, aqui, assume a condição de mediação e compromisso: não falo “sobre”

o meu povo como “objeto” distante, mas escrevo desde uma experiência coletiva, na qual pesquisa e vida se atravessam. Isso produz efeitos metodológicos e éticos, pois o campo não é um espaço vazio para coleta de dados, mas um território de relação, onde há permissão, cuidado, protocolos e forças que demandam respeito. A noção de “ser afetado” torna-se, portanto, chave para compreender que o conhecimento se produz na implicação, e não na distância.

No plano teórico, o diálogo com autores como Geertz e Berreman ajudou a refletir que toda interpretação é situada e atravessada por escolhas; Favret-Saada reforçou a dimensão da afetação como componente constitutivo do trabalho de campo; Neves e Silva contribuíram para pensar a arqueologia em diálogo com o registro etnográfico e com práticas de produção de conhecimento em movimento; Turner iluminou os sítios como espaços liminares em que a memória opera como atuação; e Barth permitiu compreender as fronteiras étnicas como processos relacionais e dinâmicos, atualizados na vida cotidiana, nas disputas por reconhecimento e na afirmação de continuidade histórica. Ao mesmo tempo, Wolf e Roberto Kant de Lima reforçaram a necessidade de problematizar relações de poder e de tensionar os limites de uma academia que, muitas vezes, ainda opera a partir de categorias naturalizadas que apagam autoria indígena.

Por fim, este trabalho sustenta que defender o patrimônio Karão Jaguaribaras é também defender o direito do povo de narrar seus sagrados e memória como continuidade viva e vivida, especialmente diante das pressões contemporâneas sobre o Maciço do Baturité, como a especulação imobiliária e outras formas de intervenção predatória.

O patrimônio, aqui, não é apenas o que se conserva em normas e inventários, mas aquilo que se mantém vivo no território por meio de narrativas, cultivos, circulação, cuidado e reafirmação coletiva. Assim, a principal contribuição desta reflexão é afirmar uma escrita acadêmica situada e comprometida com a justiça epistemológica: uma escrita que recusa a exotização e a neutralização e reconhece os Karão Jaguaribaras como sujeitos de conhecimento, memória e história, no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYALA, Patricia. **Arqueologías indígenas: una mirada desde el sur**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 34, p. 26–40, 2020.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25–67.
- BERREMAN, Gerald D. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia**. In: ZALUAR, Alba (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 123–174.
- CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 93–108, 2017b.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico**. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85–107.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7–39, abr. 1997.
- LIMA, Francisco Gleidison; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. **A arqueologia pública como ferramenta na/para proteção dos bens materiais e imateriais do povo Karão Jaguaribaras da Serra de Baturité, Ceará**. In: SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB). *VI Reunião da SAB Nordeste – Caderno de resumos*. [s.l.]: SAB NE, 2020. p. 161.
- LIMA, Francisco Gleidison; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. **Sítios arqueológicos, história indígena e etnogênese no Maciço de Baturité, Ceará**. In: SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB). *XXI Congresso SAB – Livro de resumos*. Mariana: SAB, 2021. p. 68.

LIMA, Roberto Kant de. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. 2. ed. rev. ampl. Niterói: EDUFF, 1997. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 5).

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

MITCHELL, J. C. **A dança Kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.).

Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global, 1987. p. 365–436.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do Alto Rio Negro**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 319–330, 1999.

SILVA, Fabíola Andréa. Estenografando a arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico. São Paulo : Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano Moraes. Revisão técnica de Arno Vogel. Niterói: Eduff, 2008.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Apresentação de Roberto da Matta. Niterói: Eduff, 2005.

WOLF, Eric. **Inventando a sociedade**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Tradução de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003. p. 307–324.